

# ORIENTAÇÃO FILOSÓFICA DA HISTORIOGRAFIA ROMANA

*Laurindo Dalpian\**

*Cícero é o primeiro, dentre os gregos e romanos, a formular uma teoria da história. Uma historiografia de cunho filosófico não só traz os fatos mas também lhes faz a interpretação. Interpretar significa avaliar o planejamento, a execução e os resultados, conforme princípios de causalidade, modalidade e finalidade. Nessa dialética de subjetividade e objetividade, o autor de história vale-se de seus conhecimentos e experiências. Dessa forma o fato particular é inserido no contexto do universal, do humano, e é tratado filosoficamente. Quem leva a efeito essa proposta, em Roma, é Caio Salústio Crispo.*

---

\* Professor do Curso de Letras e do Curso de Direito do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS).

É Cícero quem introduz, na literatura latina, as bases teóricas para uma historiografia de cunho filosófico. Trata-se de uma modalidade de narrativa em que o historiador deve posicionar-se sobre os fatos, levando em consideração planejamento, desenvolvimento e resultados. Não se trata apenas de dizer o que foi feito ou dito, mas de que maneira o foi, mencionando as causas, as que são devidas ao acaso, à sabedoria ou, ainda, à temeridade (Cic., *De or.* II, XV, 63). É uma visão de história que prevê, ao lado dos diversos elementos objetivos, também elementos de ordem subjetiva, isto é, o autor de história posiciona-se e faz sua interpretação. Com isso Cícero vai além da visão de Aristóteles (*Poética*, IX, 1-2) e da prática dos historiadores romanos que o antecederam, especialmente analistas e cronistas. Difere, outrossim, da história atual, que se preocupa em apresentar os fatos dentro de critérios científicos, com a maior isenção possível, com base em documentos ou em testemunhos idôneos. A teoria ciceroniana prevê não apenas o inventário dos fatos, mas insiste na necessidade de desenvolver os princípios de causalidade, de modalidade e de finalidade, para o que muito valem a experiência e a vivência do autor.

Na carta dirigida ao amigo Luceio (*Fam.* V, XII, 4), Cícero tece considerações sobre a metodologia historiográfica, dizendo que ele poderia valer-se dos próprios conhecimentos para explicar as causas das tentativas revolucionárias ou para indicar os remédios aos males, censurando o que julgasse condenável e louvando, com o apoio de provas, o que parecesse conforme a seus pontos de vista.

De acordo com seu costume de reportar-se aos gregos para fundamentar pontos doutrinários, Cícero faz a seguinte observação a respeito de Tucídides: "... *um intérprete competente dos fatos, bem fundamentado e ponderado...*" (*Or.* IX, 31). É uma visão de história que difere das crônicas aristotélicas, simples coleções dos fatos de um determinado tempo. Verifica-se, pois, que a narrativa, para Cícero, é inseparável da interpretação, o que sugere a existência, entre os fatos, de um vínculo bem mais estreito que a simples sucessão temporal, permitindo não apenas uma progressão cronológica mas também uma progressão lógica. Não é uma história voltada para o particular, mas para o geral, pois, através do particular, caminha-se para deduções de ordem universal, para a verificação das constâncias do agir humano, comprovado nos próprios fatos.

A história tucídideana estaria, por assim dizer, mais próxima da poesia definida por Aristóteles. Se, por um lado, persegue a maior exatidão material, por outro não deixa de perseguir também a maior generalidade, porque nos fatos narrados por Tucídides está implícito um forte conteúdo humano e, porque humano, universal, com a possibilidade de vir a repetir-se sempre

que se repetirem as circunstâncias. É ele próprio a afirmar que sua história, apesar da ausência do fabuloso, mas em função do conteúdo humano dos eventos.

Em Roma, um dos primeiros exemplos dessa linha historiográfica é de Caio Salústio Crispo, com suas obras *A conjuração de Catilina* e *A guerra de Jugurta*. Sua voz aparece constantemente em toda a narrativa. Trabalha com ideologia, especialmente no campo da psicologia e da política. Sua psicologia procura sentir a alma dos indivíduos e sua política desvenda a alma dos grupos. Ao analisar o comportamento, as ansiedades, as respostas dos homens diante de momentos difíceis, valendo-se dos retratos, dos discursos, dos quadros das multidões, ele consegue revelar ao leitor a alma de Roma através dos atos dos próprios romanos. Conhecedor profundo da mente humana, ele atinge o universal, o clímax poético; demonstra o encadeamento dos fatos e sua repetição, não ao sabor das circunstâncias, de forma imprevisível, mas pelas tendências irreversíveis da natureza humana. As causas do fluir histórico estão dentro do próprio coração humano. O retrato de Catilina, por exemplo, revela essa relação. Os traços fisionômicos e de caráter marcam com força as ações do personagem. Salústio demonstra a convicção de que o homem de todos os tempos muda apenas na superfície. No dizer de Boissier o autor de história muitas vezes procura, em documentos duvidosos e afastados no tempo, explicações sobre fatos antigos, quando seria suficiente olhar a seu redor para compreendê-los (1908, p. 2).

Salústio é um mestre na arte de penetrar na alma de seus personagens. Dessa forma sua história aprofunda o estudo psicológico dos homens que, por sua superioridade, decidem os rumos dos acontecimentos. Para ele a inteligência é o fator decisivo (*Cat.* I, 5). Nesse sentido o retrato torna-se um recurso muito eficaz em sua narrativa.

No retrato já está definido o destino de Catilina (Bianco, 1975, p. 44). Aí se encontram os elementos constitutivos de sua personalidade. Sua vida, então, nada mais é que uma conseqüência lógica. Assim sendo, Salústio quer demonstrar que a ação histórica brota do indivíduo.

Cícero desenvolve a idéia da perfectibilidade política, tanto em nível do estado como do indivíduo. Mas é ao indivíduo que cabe o papel preponderante na determinação da história (Andrè, 1974, p. 21). É o homem que se encontra na base das causas e dos efeitos dos fatos. Em segundo plano, e depois, pode vir a fortuna ou a casualidade (*fortuna, casus*). Dessa forma a historiografia de Cícero também aponta para o universal, para o poético, definindo-se como uma história filosófica. Na questão do estado, no *De republica*, acredita que o aperfeiçoamento das instituições seria

possível através de um modelo polibiano de constituição mista, com a interferência dos vários regimes (consulado, senado, povo) para criar o equilíbrio (Michel, 1990, p. 156). Mas esse aperfeiçoamento político não será possível se não houver antes um aperfeiçoamento do indivíduo.

E qual é a linha ideológica de Salústio que atende à exigência de uma historiografia crítica? Syme (1968, p. 271) entende que o pensamento de Salústio é fruto de um engajamento político mais antigo e de toda uma experiência pessoal, de romano e de senador, e não tanto consequência de sua educação na juventude ou de suas leituras. A experiência, sem dúvida, permite-lhe uma facilidade muito grande de invocar a todo momento as causas e os efeitos dos fatos narrados, e permite-lhe também uma capacidade sempre presente de vincular seu objetivo de escrever história com sua ideologia estética e política.

Como Cícero, ele tem consciência de que todo ato histórico exige uma decisão pessoal, ligada a obrigações e vontades, mas fundamentalmente livre e ditada pela consciência. E como a tarefa do historiador é evocar o passado, é relatar as ações dos homens eminentes, é colocar os fatos nos respectivos contextos, Salústio empreende um esforço gigantesco de reviver e recriar, em si mesmo, o passado, marcando as circunstâncias, as leis, os costumes, as possibilidades do momento considerado, bem como a vontade, as faculdades, os sentimentos dos personagens e, dessa forma, ao identificar consigo mesmo a ação histórica, pode melhor compreendê-la e julgá-la.

Nesse jogo inseguro de subjetividade e objetividade, Salústio faz o maior esforço possível para não deformar os fatos em favor de sua imagem pessoal. Esse equilíbrio não é tão simples, pois, ao mesmo tempo em que não pode omitir sua intervenção, o historiador precisa manter-se à altura dos fatos. É ele mesmo quem o afirma: "... parece-me, antes de tudo, árduo escrever história: primeiro, porque as palavras devem estar no mesmo nível dos fatos..." (Cat. III, 2). Dessa forma, razão tem Richard (1970, p. 48) quando diz que Salústio é um reflexo fiel de seu tempo.

Não se pode deixar de admirar a paciência engenhosa de sua composição literária, onde consegue dar uma forma plástica às tendências mais profundas de sua época. Essa forma é realçada pelos retratos, muito vigorosos e que, por si sós, conseguem justificar toda a seqüência dos acontecimentos. Dentro dessa perspectiva consegue também dar alma e fisionomia não só ao indivíduo mas também a seres coletivos: cidades, grupos, partidos, nações, como é o caso do estudo da multidão em Roma (Cat. XXXVII), da sociedade corrupta do fim da república, do contraste entre a miséria absoluta e o luxo desenfreado (Cat. VI-XIII e XX, 6-13). Muito sugestivo o estudo do caráter dos númidas (perfidia, inconstância,



volubilidade), da nobreza de Roma (o gosto pelo luxo e a ganância por dinheiro), da plebe (apatia, servilismo). Nos personagens passa a alma de todo um povo.

Salústio torna a história inteligível, e instrutiva, com o aprofundamento do estudo psicológico dos personagens e dos grupos, com a avaliação dos fatos particulares e permanentes. Entra aí toda uma experiência pessoal a serviço da história, com seu fundamento objetivo na lógica da natureza humana, onde o fato individual está vinculado com os fatos de todo um povo. Consegue, assim, unir o espírito científico com a visão poética e criativa do gênero.

Dando seqüência aos pontos até aqui desenvolvidos, surge mais uma constatação de que a objetividade aristotélica modifica-se na medida em que a história passa a ser vista dentro de um princípio de causalidade. Se os fatos para Aristóteles não dependem do historiador, pois já os encontra ordenados e distribuídos, para Salústio os fatos são interpretados e recebem a interferência do escritor, o que atende ao princípio metodológico de Cícero. Poder-se-ia dizer, então, que a causalidade histórica, enquanto está fora da possibilidade criadora e calculadora do historiador, recebe em Salústio o acréscimo da subjetividade avaliadora. Dessa forma consegue transcender os próprios fatos.

Por isso é bem pertinente afirmar que a teoria ciceroniana e a prática salustiana inovam a historiografia de Roma, na medida em que superam a analítica e ultrapassam o modelo de uma narrativa como simples elaboração de crônicas, própria do contexto aristotélico. Salústio não organizou e estruturou os fatos históricos com modelos criados por ele, mas desenvolveu princípios explicativos que deram sentido aos fatos, sem desfigurar sua constituição objetiva. É um historiador que faz os fatos falarem e se expressarem, com a eloqüência que, ao natural, deles emana. Isso significa fazer uma história filosófica. É levar em conta as tendências irreversíveis do ser humano. Conforme já se disse, para ele as causas do fluir histórico estão no próprio homem. E, assim sendo, percebe-se que a natureza humana funciona como um fundamento objetivo para uma lógica da história.

Se Salústio acompanha Cícero na questão metodológica, em termos da exigência de uma história crítica, isso não implica necessariamente o mesmo entendimento da realidade e o mesmo diagnóstico para os males. Identificar seu método com o de Cícero não implica em anular sua subjetividade.

E, agora, com o objetivo de verificar mais de perto seu pensamento e suas razões, é interessante passar em revista alguns posicionamentos, e confrontá-los, na medida do possível, com as idéias de Cícero.

Em primeiro lugar vem logo à mente que Salústio peca por um moralismo exacerbado, chegando ao ponto de ver na corrupção dos costumes a causa da maioria dos males da decadente república romana. Para ele o remédio é voltar aos costumes severos (na opinião dele) dos antepassados, propondo uma vida austera, comedida e disciplinada. Ao invés de investigar o presente e procurar causas mais objetivas e concretas, como a dificuldade de gerir um império tão vasto ou os rotineiros problemas de ordem econômica e social, ou, ainda, causas ligadas à evolução normal do devir histórico, ele se refugia no passado. Sob esse ângulo não deixa de ser a ideologia de um saudosista ou de alguém que não soube compreender suficientemente o seu tempo.

Mazzolani (1983, p. 30) diz que ele pôs sua utopia no passado e queria que ela orientasse o presente. O diagnóstico pode até ter lá os seus acertos, mas o remédio é inadequado.

La Penna (1959, p. 127) diz que também Tucídides faz uma análise crítica do passado para explicar o presente, mas acrescenta que Salústio procura no passado um modelo ético-político para o presente, uma espécie de valor perdido, numa afirmação de valores eternos.

Lepore (1969, p. 61), por sua vez, confirma que a contradição central de Salústio está no fato de querer renovar Roma, a tradição política e, ao mesmo tempo, não encontra outras formas que as do passado.

Não seria isso um nadar contra corrente? Ou um agarrar-se aos próprios privilégios, negando-se a ver a realidade deprimente das distorções sociais? Ou uma fuga para não enfrentar novas experiências? As lacunas de seu pensamento histórico são evidentes. Apresentar um princípio elementar, o da moralidade, como chave de todos os males, esconde as dificuldades para compreender e admitir os estágios evolutivos de uma sociedade. As mudanças econômicas e sociais estavam lá, diante de seus olhos. Mas não combinavam com a tradição e os privilégios aristocráticos.

A idéia do devir fica prejudicada por esse reducionismo fatalista à decadência moral. Acrescente-se a tudo isso que se houve, de fato, uma decepção política, talvez a decepção existencial tivesse sido maior. Por aí seria possível entender melhor o homem: seu pessimismo e seu ceticismo com referência à política. Pelo fato de prender-se a formas tradicionais e de não aceitar o presente, houve prejuízos para sua criatividade.

Enquanto Salústio mostra pessimismo, Cícero, ao invés, dá a impressão de ser mais otimista, chegando a propor, no *De republica*, a reorganização do estado com uma constituição mista. É bem verdade que as *Epistulae ad Caesarem senem de re publica* também propõem uma série de reformas, sem, contudo, atingir o âmago do processo evolutivo de Roma e de suas necessidades reais. Por outro lado, são essas cartas

documentos de autenticidade duvidosa, e não há como inferir com segurança que elas representem o pensamento de Salústio.

Seu programa de restauração política foi uma proposta isolada, não passou de letras sem efeito. Ele não entendeu a evolução natural da história e a realidade de Roma dentro de um contexto maior (Syme, 1968, p. 31). Não podia enxergar uma saída enquanto ficasse avaliando os fatos sob o enfoque ou sob a ótica da aristocracia, da classe dominante. Daí deriva em grande parte o seu pessimismo com referência aos homens e às instituições. Uma proposta que se preocupasse em restabelecer os valores morais, a *libertas*, que valorizasse a *concordia* entre os cidadãos, parecia-lhe ser o caminho correto. Cícero também, por outro lado, não se afasta muito dessa maneira de pensar.

Marinangeli (1969, p. 83) entende que Cícero tentou uma recuperação da *res publica*, mas reitera que ele também não soube ver mais além, diante de uma realidade que apontava para novos tempos e para novas expectativas, parecendo, para alguns, politicamente utópico. Em *De republica* (V, 1), por exemplo, vê a crise política muito ligada à corrupção dos costumes e ao abandono das virtudes dos antepassados.

La Penna (1959, p. 138) chega até ao ponto de afirmar que, se alguém quiser confrontar Salústio com o *De republica*, vai encontrar diferenças muito menores do quanto possa esperar. As semelhanças se concentram na diagnose e no remédio moralístico para a crise, no chamamento contínuo ao *mos maiorum*, no incitamento à *concordia*, na repulsa a uma democracia igualitária, em favor das diferenças de méritos (*De rep.* I, 53), e nos frequentes apelos à *libertas* e à *res publica*.

É interessante ver o posicionamento de Syme (1968, p. 155) ao dizer que o *De coniuratione Catilinae*, como livro de história, tem muitos defeitos e que se lhe pode fazer sérias restrições. Acrescenta que Cícero teria dado demasiada importância a Catilina e que Salústio teria acolhido e desenvolvido a idéia de Cícero. E faltaria, inclusive, maior aprofundamento para certos fatos, deixando aflorar muitas imprecisões. Talvez não tenha avaliado suficientemente suas tarefas de historiador e as dificuldades que implicavam.

Em todo caso, a diagnose social de Salústio mostra o poder da riqueza e, de conseqüência, a ganância de uma aristocracia empobrecida. Evidencia a força da *amicitia* e da *factio*, e como as ambições da *nobilitas* passaram da luta por cargos, honras e glória para uma verdadeira conspiração, em prejuízo do estado (Syme, 1968, p. 156). Tucídides (III, LXXXII, 8) já dizia que a causa de todos esses males foi o desejo de poder, inspirado pela ambição e avareza, e pela tendenciosidade, típica dos homens de partido. La Penna (1959, p. 150) aponta, como Syme, para fatores bem mais

concretos: a revolução romana pressupõe (...) a formação de uma plutocracia, de um proletariado urbano, de um proletariado militar, de classes altas economicamente fortes na Itália, a liquidação das classes médias agrícolas, processos cujo começo remontam a uns dois séculos antes. E continua afirmando que é um erro pensar que a revolução romana se reduza a uma revolução puramente política.

De acordo com a versão ciceroniana, antes de Sila o domínio do povo romano sobre os territórios conquistados era moderado e aceitável; era, por assim dizer, uma espécie de protetorado (*patrocinium orbis terrae*); mas com Sila transformou-se num imperialismo aberto (*De off.* II, 8, 27). Cícero atribui a Sila a culpa das proscricções. No *De finibus* (III, 75) recrimina-lhe: *luxuria, auaritia, crudelitas*. Em *Pro Sextio Roscio Amerino* (135, 138, 142) coloca Sila como o campeão da *causa nobilium* e como o restaurador do governo dos *optimates*.

Salústio adota praticamente essa mesma posição de Cícero, ao tentar interpretar todo o caos que se criara na república romana. Partindo da tese fundamental que vê no estado antigo uma idade de ouro, idealizada pelo predomínio da *concordia* e da *uirtus* (*Cat.* IX), e no estado novo uma idade de ferro, marcada em especial pela *auaritia* (*Cat.* X-XIII) e pela *ambitio*, Salústio coloca o fim do reinado da *uirtus* e o começo do domínio da *auaritia* em dois momentos históricos distintos: 1º) na eliminação do *periculum externum* ou na queda definitiva de Cartago em 146 a.C. (*Cat.* X, 1); 2º) na dominação de Sila (*Cat.* XI, 4). E após descrever extensivamente o modo como Sila favoreceu o desenvolvimento da *auaritia*, acrescenta: “Depois que a riqueza passou a dar status, e dela provinha glória, poder e força, começou a decair a virtude, a pobreza a ser considerada uma desonra, e a honestidade, má vontade” (*Cat.* XII, 1).

De acordo com a linha metodológica de Cícero, conforme foi visto, Salústio, além de relacionar algumas causas à temeridade, menciona também o furor da fortuna (*Cat.* X, 1) ou seu domínio arbitrário (*Cat.* VIII, 1). Afora a fortuna, reconhece que a história é movida pela razão e pela paixão humanas, pela coragem e pela inteligência. Mais tarde confirma essa idéia: “...a fortuna acompanha os melhores” (*Hist.* I, LXXVII, 21).

Partindo das idéias acima expostas, convém trabalhar um pouco mais a interpretação salustiana, que vê como principal causa da decadência da república romana o abandono dos *mores maiorum*. Argumenta Salústio que Roma, de um começo simples ou modesto, com um estado constituído essencialmente de agricultores, de costumes severos, cresceu muito e teve o mundo a seus pés (*Cat.* VI). Mas dos povos vencidos importou novos costumes, novas necessidades e outras leis. As classes menos favorecidas

passaram a reivindicar sempre mais e conquistaram muitos direitos. O imperialismo, na ânsia de conquistar novas regiões, incentivou muitos homens a se alistarem no exército, provocando o esvaziamento dos campos. Ao voltarem das guerras, com novos hábitos, os soldados permaneciam em Roma, vivendo das distribuições públicas de trigo e de outros expedientes, negando-se a voltar para a vida dura dos campos. Uma burocracia formada por homens sem escrúpulos passou a cuidar da administração das províncias. Proprietários e procônsules zelavam mais por seus interesses particulares, saldando dívidas contraídas em Roma e procurando garantir o resto de seus dias. Ao antigo patriciado juntou-se uma nova classe social, a dos plutocratas, que detinha o poder do dinheiro, enquanto a antiga nobreza se ressentia da perda de muitos privilégios, com o desaparecimento, inclusive, de muitas famílias. Quem comandava o espetáculo era o dinheiro. Por toda parte ociosidade e luxo. A antiga modéstia foi substituída pela licenciosidade. Os crimes mais hediondos passaram a ser vistos com a maior naturalidade. Os ricos romanos viviam um verdadeiro deslumbramento, longe das tradições dos antepassados. A simplicidade de viver, os costumes tradicionais ganharam rivais mais fortes: a devassidão e a corrupção (*Cat.* VI-XIII). Além disso, difundiu-se em Roma a idéia de que tudo seria passível de ser comprado. O ouro tinha poderes ilimitados. *Nobiles* e *homines novi* faziam qualquer coisa por dinheiro.

Cícero também cita como causas principais da cobiça por riquezas as necessidades da vida, os prazeres, as necessidades materiais das classes mais pobres (*elargitiones*), o gosto pelo luxo e pelos requintes das classes mais abastadas (*De off.* I, 8, 25).

A ambição insaciável dos chefes e as exigências eleitorais estavam na base da corrupção. Essa ferida aberta, por seu lado, alimentava fartamente as campanhas antinobiliares dos populares. Diversas passagens do *De bello Iugurthino* traduzem toda essa temática (VIII, 1; X, 4; XIII, 5; XX, 1; XXXI, 25; XXXV, 10).

Tal estado de coisas, que Roma estava vivenciando, no parecer de Salústio, teve conseqüências profundas não apenas no que se refere à transformação moral, mas também no conceito de poder e na maneira de exercê-lo, quer seja em termos de *imperium* (plano geral) quer seja em termos de *potentia* (plano individual). De fato, o abuso era generalizado: a prática das *largitiones* e o tráfico das magistraturas desenvolviam um espírito clientelístico por parte da população em geral e a prática da corrupção por parte da classe dominante, além de outros abusos ou desvios de comportamento político. Há o caso escandaloso de particulares, como Luculo, construírem palácios fabulosos (*Cat.* XIII, 1), num descaso acintoso à

pobreza da maioria. Para dramatizar sua narrativa Salústio representa Catilina como a personificação de todo esse estado de coisas em que se encontrava Roma. Até os *homines noui*, que, a exemplo de Mário, deveriam se vangloriar de sua *uirtus*, jogaram-se nessa aventura de roubos e banditismo. Mas não se pode pensar que a descrição dessa desordem toda da república signifique ser Salústio favorável ao retorno a um sistema monárquico de governo. Não, porque "... para os reis os bons são mais suspeitos que os maus, e para eles o mérito alheio é sempre causa de apreensão (Cat. VII, 2). Por outro lado, porém, está convencido que ... o extraordinário valor de uns poucos cidadãos conseguiu tudo aquilo" (a expansão de Roma) ... (Cat. LIII, 4). O pessimismo de Salústio, com referência ao estado, encontra uma forma de compensar-se no endeusamento dos ancestrais, na valorização de suas instituições e de sua maneira de governar. A queda, segundo palavras suas, foi vertiginosa, porque uma nação grande e poderosa foi transformada na pior e na mais vergonhosa das repúblicas (Cat. V, 9).

Essas idéias por ele desenvolvidas já foram também de Cícero, especialmente se forem levadas em conta as obras *Paradoxa Stoicorum* e *In C. Verrem*, onde são denunciadas com veemência a prática da delação, a corrupção da justiça, a venalidade dos advogados, a prática da usura, a pilhagem das províncias, o banditismo nos campos, a associação com escravos ou libertos, os assassinatos, as proscricções... (Hellegouarc'h, 1990, p. 173). Sem dúvida um quadro eloquente dos aspectos da decadência romana.

Cícero também aponta a corrupção dos costumes e o abandono das virtudes dos antepassados como os vilões causadores de toda a crise política e social. Provavelmente por influência da filosofia estoica, vê ele na *uirtus* o elemento dinamizador e restaurador da vida romana. Essa *uirtus* equivale mais ou menos à energia moral dos estoicos. Como os estoicos incentivavam a participação política, a classe dirigente de Roma, especialmente sob a influência de Panécio, adotou sua linha moralizante, fundindo a pregada energia moral à *uirtus*, qualidade que se tornou típica dos romanos. Dessa forma Salústio encontrava um ambiente preparado e fértil para a sua pregação baseada na denúncia da exagerada busca do prazer. Mas Cícero não polemiza como ele contra os *pauci* e atribui grande realce à *auctoritas* do senado.

Mas não é só Cícero e Salústio que combinam nessa linha de interpretação. Bolaffi (1939, p. 99) apresenta diversas passagens das *Odes* de Horácio onde são defendidas idéias como: salvar o estado das guerras civis (I, 2; I, 14; II, 1); estabelecer a justiça no mundo (I, 12; I, 57); combater a falta de religião e a imoralidade, causas da ruína (III, 6); eliminar o amor das riquezas, combater a avareza, causas de corrupção moral (III, 24; XVI, 17-18; IV, 9; IV, 36); reformar os costumes começando por fazer a educação

do espírito maleável das crianças (III, 24; III, 50); valorizar as virtudes dos antepassados (III, 2); admirar e imitar os bravos que venceram Pirro, Antioco e Aníbal (III, 6; III, 33). Certamente Horácio participa de um sentimento muito difundido em sua época. O Imperador Augusto, inclusive, desenvolve todo um projeto e um programa para restaurar e renovar os valores nacionais.

A inspiração moralística do pensamento histórico é uma condição essencial da orientação psicológico-dramática da narração. Fica evidenciado na *praxis* salustiana que o pensamento político tornou-se praticamente um pensamento ético-pedagógico. Na luta das paixões, no jogo dos interesses... a história é um drama de almas entre vícios e virtudes (La Penna, 1959, p. 165).

Como foi visto, a obra salustiana é fortemente marcada por uma idéia fixa e por um preconceito fatalista de degradação e decadência moral. Em termos metodológicos atende aos princípios definidos pela teoria ciceroniana. Mas o que lhe falta em termos de uma interpretação coerente com a realidade? Falta-lhe o conceito do *deum*, sem o que fica difícil compreender a atividade e a autonomia humanas, sem o que não há como reconciliar o presente com o passado, nem como projetar o futuro.

Salústio está um tanto afastado de uma idéia normal de evolução política e social. Carrega um sentimento de profunda nostalgia por uma república pura, fruto mais de sua fantasia do que da realidade dos fatos, ou porque essa mentalidade era mais cômoda para a aristocracia dominante. Contradiz-se quando ao mesmo tempo critica o tribunato (*Cat.* XXXVIII) e se declara contra a tirania (*Iug.* III, 2). A todo momento ele se diz defensor da liberdade, mas até que ponto ele não é um partidário, talvez inconsciente, da tirania? Sua consciência histórica fica um pouco desmerecida por todas essas incongruências, defeitos ou lacunas, por não conseguir ver os acontecimentos de cima e por não ter previsão de futuro. Poder-se-ia dizer, conforme palavras de La Penna (1968, p. 58), que a dialética de Salústio não é a dialética hegeliana: não atinge a superação dos opostos, fica a meio caminho, procurando equilibrar os opostos.

Na avaliação do historiador Salústio é preciso levar em conta a interferência possível de motivos muito pessoais: duas vezes a política o traiu e lhe trouxe grandes decepções em lugar das honras tão fortemente ambicionadas. Sentiu-se preterido tanto pelo povo como pela nobreza. Acusa o povo de *inuidia* (*Iug.* XL, 2; XXX, 1) e a nobreza de *ambitio* e *avaritia* (*Cat.* XII). Mas, em todo o caso, seus posicionamentos têm uma coerência, a da tradição aristocrática que não gosta de mudanças econômicas e sociais. Posicionamento equivocado e estranho, considerando-se sua experiência, porque a lei natural da ordem e da necessidade impõe-se sempre, de forma irreversível.

Além do ponto de vista moralístico, cabe lembrar que sua interpretação, conforme foi visto, realça sobremaneira a influência do indivíduo na história. Sua arte narrativa põe em evidência os personagens que exercem sobre o curso dos acontecimentos um papel decisivo. O que vale é o indivíduo, com suas próprias forças e sua capacidade. É o destaque da *uirtus* individual. A *uirtus* não é prerrogativa da *gens*, mas do indivíduo. E é possível em todos os campos: nas artes, na agricultura, na navegação, na arquitetura (*Cat.* II, 7). Toda *ars bona* leva à glória. Enquanto a maioria via a realização da *uirtus* no *negotium* (na arte militar: o guerreiro; na política: o político), Salústio vê a *uirtus* também no *otium* e, no seu caso particular, numa historiografia útil à república (Bianco, 1975, p. 19). De um modo geral a *uirtus*, à semelhança da *arete* grega, forma, de acordo com Mazzolani (1983, p. 8), o conjunto das qualidades do homem que se comporta virilmente na guerra, que é sóbrio e trabalhador em tempos de paz, que não cede às paixões, nem a esperanças sobrenaturais ou à piedade.

Com o exposto vê-se que a orientação metodológica da interpretação na historiografia, conforme a doutrina ciceroniana, conduz Salústio a não ser apenas um coletador de fatos, superando, assim, a história cronístico-analítica que o antecedeu. Ele visualiza os nexos lógicos de causa e efeito, descobrindo seu encadeamento a partir das paixões dos indivíduos, ou das multidões, como se eles fossem os atores no grande drama da história. A exemplo de Tucídides, ele também demonstrou profunda sensibilidade e entendimento da psique humana, especialmente no delinear os seus famosos retratos. Assim sendo, pode-se dizer, com Collingwood (1952, p. 22), que a única pista para saber o que pode fazer o homem é conferir o que tem feito, e que o valor da história consiste no fato de ensinar o que o homem tem feito e, nesse sentido, o que é o homem.

A história de Salústio é filosófica porque faz uma análise do jogo de forças que atinge a sociedade romana como um todo: suas idéias, paixões, riquezas, circunstâncias materiais e morais. É uma história que contribui para o conhecimento do universal humano. Os acontecimentos repetem-se segundo as leis da natureza humana. As motivações, que são subjacentes ao fazer, integram o interesse do historiador. Instala-se assim uma teoria da causação, projetando Salústio como um homem de ciência e como um historiador que possui uma técnica metodológica bem definida.

Ao verificar as leis ou as constâncias que governam as relações entre os acontecimentos, está ele construindo uma historiografia romana filosófica, apesar das ressalvas ou das críticas que possa receber, especialmente por sua reflexão moral de valor pedagógico. Pode-se contestar, é verdade, que o passado de Roma responda por seu futuro, mas



sua maneira de fazer história é inovadora. Demonstrou um patriotismo intransigente, viu o critério de justiça no que fosse útil a Roma, pregou que o domínio de Roma era em função de um processo civilizador, sim, tudo isso pode ser verdade, mas também é verdade que foi o primeiro a estabelecer na prática uma historiografia filosófica. E para completar, pode-se afirmar, com Lana (1969, p. 69), que o mundo, nascido após César, foi interpretado e direcionado para o futuro por algumas inteligências privilegiadas: Otaviano, na política; Virgílio e Horácio, na poesia; Quinto Séxtio, na filosofia, e Salústio, na história.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### I. Textos Latinos, Gregos e Traduções

- ARISTOTELE. *Dell'arte poetica*. A cura di Carlo Gallavotti. 5. ed. Vicenza : Mondadori, 1987.
- CICERO. *De finibus bonorum et malorum*. With an english translation by H. Rackham, M. A. Cambridge : Univ. Press, 1983. (The loeb classical library, XVII)
- . *Orationes: Pro Sextio Roscio Amerino*. In C. Verrem. Oxonii : Clarendoniano, 1989.
- CICÉRON. *Correspondance*. Tome II. 4. tir. rev. et corr. Texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris : Les Belles Lettres, 1963.
- . *De l'orateur*. Texte établi et traduit par Edmond Courbaud. 6. tirage. Paris : Les Belles Lettres, 1967.
- . *La république*. Texte établi et traduit par Esther Bréguet. Paris : Les Belles Lettres, 1980.
- . *L'orateur. Du meilleur genre d'orateurs*. Texte établi par Henri Bornecque. Paris : Les Belles Lettres, 1921.
- CICERONE. *I doveri*. Con un saggio introduttivo e note di Emanuele Narducci. Traduzione di Anna R. Barile. Testo latino a fronte. 3. ed. Milano : Rizzoli, 1992.
- PSEUDO-SALLUSTE. *Lettres a César. Invectives*. Texte établi, traduit et commenté par A. Ernout. Paris : Les Belles Lettres, 1962.
- SALLUSTE. *Catilina. Jugurtha. Fragments des histoires*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 10. tirage. Paris : Les Belles Lettres, 1974.
- THUCYDIDE. *La guerre du Peloponnèse*. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. 4. tirage. Paris : Les Belles Lettres, 1968.

II. Textos Críticos

- ANDRÈ, J. M., HUS, A. *L'histoire à Rome*. Paris : PUF, 1974.
- BIANCO, Orazio. *La catilinaria di Sallustio e l'ideologia ell'integrazione*. Lecce : Milella, 1975.
- BOISSIER, Gaston. *La conjuration de Catilina*. 4. éd. Paris : Hachette, 1908.
- BOLAFFI, Ezio. La conception de l'Empire dans Salluste e dans Horace. *Latomus*, Bruxelles, p. 98-106, 1939.
- COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la historia*. Traducción de Edmundo O'Gorman Y Jorge Hernández Campos. Mexico : Fondo de Cultura Económica, 1952.
- HELLEGOUARC'H, J. Urbem uenalem... (Sall., Iug. 35, 10). *Bulletin Budé*, Paris, n. 2, p. 163-174, 1990.
- LANA, Italo. Solitudine di Sallustio. In: PONTIERI, Ernesto (org.). *Sallustiana*. L'Aquila : Japadre, 1969. p. 65-78.
- LA PENNA. L'interpretazione sallustiana della congiura di Catilina. *Studi italiani di filologia classica*, Firenze, v. XXXI, n. 2, p. 127-168, 1959.
- . *Sallustio e la "rivoluzione" romana*. Milano : Feltrinelli, 1968.
- LEPORE, Ettore. Sallustio e i suoi tempi. In: PASTORINO, Agostino (org.). *Sallustio*. Milano : Mursia, 1969. p. 54-65.
- MARINANGELI, Giacinto. Cicerone e Sallustio. In: PONTIERI, Ernesto (org.). *Sallustiana*. L'Aquila : Japadre, 1969. p. 79-116.
- MAZZOLANI, Lidia Storoni. Prefazione. In: SALLUSTIO. *La congiura di Catilina*. 4. ed. Milano : Rizzoli, 1984. p. 5-41.
- . Prefazione. In: SALLUSTIO. *La guerra di Giugurta*. 2.ed. Milano : Rizzoli, 1983. p. 7-31.
- MICHEL, Alain. Cicéron et la crise de la République romaine. *Bulletin Budé*, Paris, n. 2, p. 155-162, 1990.
- RICHARD, Jean-Claude. Salluste témoin et juge de son temps. *Revue des études latines*, Paris, 48. année, p. 48-58, 1970.
- SYME, Ronald. *Sallustio*. Traduzione di Sandro Galli. Brescia : Paideia, 1968.